

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: PREVENÇÃO NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

*Antonio Augusto Pinto Junior**
Elisa Pereira Sá Pinto
Karen Torres Souza
Greicy Teles Moreira
Edson Dias Barbosa Junior
Elizângela Aparecida Silva
Natasha Reis Balbino
Grazielle Fraga Mello

RESUMO

O presente artigo discute os resultados de um projeto de extensão universitária desenvolvido no período de 2012-2013, visando à prevenção da Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes (VDCA) por meio de encontros de sensibilização e conscientização junto à população atendida pelos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) do município de Volta Redonda/RJ. Para tanto, realizaram-se 33 encontros com as comunidades atendidas, contabilizando-se a participação de 482 usuários (com média de 15 participantes por encontro). Após a apresentação de um vídeo instrucional, discutiram-se as modalidades de violência doméstica, consequências, indicadores comportamentais, formas de denúncia e notificação, e modelos “não violentos” de educação familiar. Ao término dos encontros, os participantes responderam a um questionário de avaliação, em que deveriam descrever os pontos positivos e os pontos negativos do trabalho realizado, além de propor sugestões para os futuros encontros. A análise desses questionários aponta que a maioria avaliou positivamente o trabalho, destacando a melhor compreensão sobre o fenômeno, a orientação de como proceder com os casos, e a identificação de outras formas de pedagogia familiar e da criança sem o emprego da violência ou força física. Poucos foram os pontos negativos elencados, e a maioria versa sobre os horários e a duração das reuniões. Como sugestões, a população atendida destacou a necessidade de estender esse tipo de trabalho para a comunidade escolar e outras instituições sociais. Os resultados mostram que, por meio da proposta do projeto de extensão aqui apresentada, muitos participantes mudaram conceitos e representações acerca da VDCA, favorecendo, assim, a sua prevenção a partir do engajamento no combate a esse tipo de problema social que aflige a vida de crianças e adolescentes brasileiros.

Palavras-chaves: Violência doméstica; Crianças e adolescentes; Prevenção; Assistência Social.

* Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano (USP). Docente do Departamento de Psicologia, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, RJ. Contato: antonioaugusto@vm.uff.br.

DOMESTIC VIOLENCE AGAINST CHILDREN AND TEENS: PREVENTION IN REFERENCE CENTERS FOR SOCIAL ASSISTANCE

ABSTRACT

This article discusses the results of an university extension project developed in the period 2012-2013, for the prevention of Domestic Violence against Children and Adolescents (DVCA) through meetings and awareness-raising among the population served by Reference Centers for Social Care (RCSC) of Volta Redonda city. In order to do so, there were 33 meetings with the served communities with the participation of 482 users (with an average of 15 participants per meeting). After the presentation of an instructional video, the modalities of domestic violence, consequences, behavioral indicators, complaint and notification forms, and "nonviolent" models of family education were discussed. At the end of the meetings, participants answered a questionnaire assessment in which they should describe the positive and negative aspects of the work done, and add suggestions for future meetings. The analysis of these questionnaires shows that the most of participants evaluated the work positively, highlighting a better understanding of this attitude through guidance on how to proceed with the cases, and the identification of other ways of family and child pedagogy without the use of violence or physical force. There were few negative aspects listed, and the most appointed one was the time and duration of the meetings. As suggestions, the participants pointed out the need to extend such a work to the school community and other social institutions. The results show that using the proposed extension project presented here, many participants changed concepts and representations of DVCA, thus favoring its prevention from the engagement in combating this type of social problem that afflicts the lives of Brazilian children and adolescents.

Keywords: Domestic violence. Children and adolescents. Prevention. Social care.

VIOLENCIA DOMÉSTICA CONTRA LOS NIÑOS Y ADOLESCENTES: PREVENCIÓN EM LOS CENTRO DE REFERENCIA DE LA ASISTENCIA SOCIAL

RESUMEN

Este artículo analiza los resultados de un proyecto de extensión universitaria en el periodo 2012-2013 para la prevención de la violencia doméstica contra niños y adolescentes (VDNA) a través de reuniones y actividades de sensibilización entre la población atendida por los Centros de Referencia de Asistencia Social (CRAS) en la ciudad de Volta Redonda. Para esto, se llevaron a cabo 33 reuniones con las comunidades atendidas, lo que representa la participación de 482 usuarios (con una media de 15 participantes por reunión). Después de la presentación de un vídeo educativo, se discutieron las modalidades de la violencia doméstica, las consecuencias, los indicadores de comportamiento, denuncia y formularios de notificación y modelos "no violentos" de la educación familiar. Al final de las reuniones, los participantes respondieron a un cuestionario de evaluación que debe describir los aspectos positivos y negativos de los trabajos realizados, y proponer sugerencias para futuras reuniones. El análisis de estos cuestionarios muestra que la mayoría de los participantes evaluó muy positivamente la reunión, destacando una mejor comprensión del fenómeno, orientación sobre cómo proceder con los casos, y la identificación de otras formas de pedagogía familiar e infantil,

sin el uso de la violencia o la fuerza física. Pocos eran los puntos negativos de la lista, y la mayoría versa sobre el momento y la duración de las reuniones. Como sugerencia, la población atendida subrayó la necesidad de ampliar este tipo de trabajo para la comunidad escolar y otras instituciones sociales. Los resultados muestran que a través de la propuesta que aquí se presenta, muchos de los participantes cambiaron los conceptos y las representaciones de VDCA, favoreciendo así su prevención a partir del compromiso en la lucha contra este tipo de problema social que afecta a la vida de niños y adolescentes brasileños.

Palabras clave: Violencia doméstica. Niños y adolescentes. Prevención. Asistencia social.

INTRODUÇÃO

A Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes (VDCA), cujas várias modalidades incluem não só as violências física, sexual e psicológica, mas também a própria negligência, vem sendo reconhecida tanto como um importante problema social quanto como um problema de saúde pública. De acordo com [Pinto Junior et al. \(2012\)](#), a VDCA deve ser compreendida como um fenômeno configurado na família enquanto espaço privado, porém condicionado aos problemas de relações sociais de gênero e geração, em que o adulto transgredir o seu poder disciplinador, negando, negligenciando as necessidades e direitos da criança e tolhendo sua liberdade, colocando-a, assim, numa posição de mero objeto dos desejos do adulto. Portanto, a abordagem profissional nesses casos apresenta inúmeras dificuldades, pois frequentemente se manifesta de maneira sigilosa, configurando um segredo familiar, e por estar envolvido por dispositivos de velamentos que, muitas vezes, impedem sua identificação e notificação.

Estudos na área comprovam que a experiência de vitimização aumenta consideravelmente o risco de consequências adversas no desenvolvimento psicossocial das vítimas. Dentre tais consequências (a curto, médio e longo prazo) citadas por diferentes pesquisas, destacam-se: distúrbio de humor, ansiedade, problemas de sono, dificuldades escolares, distúrbios neurológicos, depressão na vida adulta, perdas significativas e persistentes da saúde relacionados com qualidade de vida na idade adulta, além de sintomas de estresse pós-traumático e de desordens do tipo neurótica ou psicótica ([ANNERBÄCK et al., 2012](#); [GAL; LEVAV; GROSS, 2011](#); [GREENFIELD; LEE; FRIEDMAN; SPRINGER, 2011](#); [ARNOW et al., 2011](#); [HUANG; MOSSIGE, 2012](#); [TARDIVO; PINTO JUNIOR, 2010](#)).

Em função do exposto, nas últimas décadas várias políticas e estratégias foram desenvolvidas visando à proteção de crianças e adolescentes. Dentre elas, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA ([BRASIL, 1990](#)) constitui um dos principais instrumentos de garantia de direitos e de proteção contra todas as formas de violência e opressão. Outros instrumentos de prevenção e combate à VDCA também podem ser citados: o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência - SIPIA ([MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 1997](#)), o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil ([MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2001](#)), a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade de Acidentes e Violências ([MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001](#)), o Manual Notificação de Maus-tratos contra Crianças e Adolescentes pelos profissionais de saúde ([MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002](#)) e o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente

(BRASIL, 2006). Mais recentemente, promulgou-se a lei n. 13010 de 26/06/2014, popularmente conhecida como Lei Menino Bernardo, que inclui dispositivos no ECA para garantir o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante no ambiente familiar (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014).

Contudo, mesmo identificando importantes leis de proteção à infância e à adolescência, as pesquisas epidemiológicas mais recentes ainda apontam que a VDCA é um grave problema em termos de incidência e prevalência no Brasil e em vários países do mundo (FINKELHOR; TURNER; ORMROD; HAMBY, 2009; FALEIROS; MATIAS; BAZON, 2009; CAVALCANTI; MARTINS, 2009; STOLTENBORGH; IJZENDOORN; EUSER; BAKERMANS-KRANENBURG, 2011; TARDIVO; PINTO JUNIOR, 2010). Esses dados revelam que, para garantir os direitos e proteger as crianças e os adolescentes das diferentes formas de violência, principalmente, no ambiente doméstico, é necessário o desenvolvimento de ações de prevenção que contemplem a participação efetiva de todas as instâncias públicas governamentais e da sociedade civil como um todo (BRANCO; TOMANIK, 2012).

Assim, segundo Gomes, Silva e Njaine (1999), as ações preventivas na área da VDCA devem ser pautadas por um trabalho interdisciplinar por parte dos profissionais, pois nenhum segmento social isolado consegue dar conta da complexidade que envolve a sua prevenção. Porém, de acordo com Azevedo e Guerra (2011), embora exista hoje um consenso de que é necessário se investir em pesquisas, estudos e projetos de prevenção da VDCA, esse fenômeno ainda é um tema subestimado e esquecido na literatura científica, necessitando, assim, de maior atenção dos pesquisadores de diferentes campos do saber.

Privilegiando as ações preventivas nessa área, os estudos mais atuais assinalam que tais ações abordam prioritariamente a intervenção junto à comunidade e têm como objetivo transmitir conhecimentos sobre a violência e desenvolver competências psicossociais em cuidadores e em crianças e adolescentes, principalmente nas instituições de assistência social e escolares. Dentre as estratégias mais empregadas por esses projetos de prevenção, destacam-se o uso de palestras dirigidas para pais e comunidades, a utilização de recursos midiáticos (cartazes, cartilhas, filmes, etc.) e os cursos de capacitação para profissionais de saúde. Os resultados desses estudos sugerem a necessidade de integração da rede social (conselhos de direitos, tutelares e instituições de assistência à infância), além do fortalecimento de programas de intervenções e proteção, com o comprometimento de gestores e técnicos e a continuidade das ações, como estratégias para o enfrentamento da violência infantil. (BERLIN; APPELYAR; KENNETH, 2011; EVANS; FALCONER; KHAN; FERRIS, 2012; O'NEILL; GABEL; HUCKINS; HARDER, 2010; ROMERO; PICK, CORIA; GIVAUDAN, 2010).

Ainda nesse contexto, Pinto Junior et al. (2012) afirmam que a VDCA está cercada de mitos que devem ser combatidos e desconstruídos. Esses autores entendem que o mito, uma forma de crença resistente às evidências empíricas e que se mantém pelo desconhecimento, ignorância ou por interesses ideologicamente disfarçados, está inscrito nas formas de pedagogia familiar e representação da infância e pode impedir o combate da VDCA, a despeito de todos os avanços científicos e políticos na área. Da mesma forma, Branco e Tomanik (2012) ponderam que os resultados da prevenção da VDCA estão intimamente ligados às mudanças das representações sociais sobre este fenômeno, pois essas sempre condicionam e fundamentam atitudes e comportamentos frente aos fenômenos sociais.

Considerando que as representações sociais são continuamente modificadas no curso da história de grupos e de pessoas, o trabalho comunitário junto às famílias é importantíssimo para o estabelecimento de políticas públicas de enfrentamento do referido problema. Esse trabalho comunitário, aproximando-se das famílias e das pessoas em seu contexto social cotidiano, torna possível a reflexão sobre as formas de relações interpessoais, oferecendo condições para a construção de formas de relacionamento não violentas entre pais e filhos. Assim, para prevenir a VDCA é necessário focar a modificação de hábitos e costumes culturais a respeito da pedagogia familiar e concepções de infância, que muitas vezes favorecem e naturalizam a educação da criança por meio de ações violentas, marcadas por uma relação assimétrica de poder, em que geralmente a criança figura como sujeito de segunda categoria ([BRANCO; TOMANIK, 2012](#)).

Entendendo que a discussão sobre essas questões é uma ferramenta fundamental para o trabalho de prevenção da VDCA, as unidades dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) figuram como locus privilegiado para esse fim. De acordo com [Moraes \(2012\)](#), em decorrência da implantação da Política Nacional de Assistência Social, em 2004, esse segmento passou a ser dividido em “Proteção Social Básica”, executada nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e em “Proteção Social Especial”, executada nos Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS). Especificamente em relação à Proteção Social Básica, o CRAS objetiva a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e o fortalecimento de vínculos familiares destinados à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrentes da pobreza, privação de renda e/ou fragilização de vínculos afetivos e de pertencimento social.

Essas atividades estão principalmente vinculadas ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), trabalho de caráter continuado realizado mensalmente nas unidades dos CRAS, com ações de qualificação profissional, inclusão produtiva, cooperativismo e palestras para a melhoria da qualidade de vida da população atendida ([TRZINSKI; VEIVERBERG; CETOLIN; PINHEIRO, 2010](#)). Dessa forma, por meio de atividades coletivas e comunitárias no território de abrangência, as unidades dos CRAS podem e devem realizar acolhimento e oferta de informações e orientações no sentido de prevenir a VDCA, pois essa é uma das formas mais graves de violação de direitos e de vulnerabilidade na infância. A partir do exposto, e entendendo que a prevenção e o enfrentamento da VDCA exigem a construção e efetivação de uma rede de proteção que envolve vários atores e setores da sociedade, o presente trabalho sintetiza os principais resultados de um projeto de extensão realizado nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) de Volta Redonda, estado do Rio de Janeiro, no período de 2012-2013.

OBJETIVOS

Considerando a necessidade de se investir em projetos de prevenção da VDCA, esse trabalho teve como objetivo sensibilizar e conscientizar as comunidades atendidas pelas unidades de CRAS do município de Volta Redonda no sentido de transmitir conhecimentos sobre esse tipo de violência, principalmente, para pais e responsáveis de crianças e adolescentes e de incentivar formas de pedagogia familiar sem o emprego de qualquer tipo de violência.

MÉTODOS

Trata-se de um projeto de extensão universitária desenvolvido pelo curso de Psicologia do Instituto de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda da Universidade Federal Fluminense, no período de 2012-2013. Inicialmente, estabeleceram-se os contatos com a Secretaria de Ação Comunitária e com os coordenadores de 33 CRAS para a apresentação do projeto e agendamento das palestras para os usuários do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Os sete alunos extensionistas participantes desse projeto estão vinculados ao grupo de pesquisa do CNPq “Laboratório de Estudos e Pesquisas na área da Infância e Adolescência (LEPIA)” e foram capacitados a partir de leituras e discussões de textos científicos na área da VDCA.

Cada encontro nas unidades dos CRAS teve em média a duração de duas horas, e como estratégias foram utilizados a exposição dialogada e recursos audiovisuais (projektor multimídia e DVD). Em todas as reuniões, após a apresentação e assinatura de uma lista de presença pelos participantes, deram-se as seguintes etapas: a) apresentação de um vídeo instrucional sobre a VDCA e discussão das concepções teóricas do tema, suas definições, epidemiologia e consequências; b) apresentação e discussão acerca dos indicadores comportamentais (sejam os da criança, do agressor ou da família vitimizada) que facilitam a identificação dos casos; c) apresentação da trajetória de intervenção, apresentando os recursos disponíveis para as denúncias e de encaminhamentos necessários; d) apresentação e discussão de formas “saudáveis” de educação da criança, visando à construção de modelos mais adequados da pedagogia familiar, sem o uso de da violência e maus-tratos, e) discussão final e encerramento, buscando realizar a avaliação do encontro pelos usuários dos CRAS por meio de um questionário em que se solicitava deles a descrição dos pontos positivos e negativos do trabalho realizado e as sugestões para outros encontros. Após a realização de todos os encontros, procedeu-se à análise dos dados dos questionários. Os resultados obtidos foram transferidos para um banco de dados, elaborado no aplicativo *Microsoft Excel 2007* e analisados através do programa *Statistical Package for the Social Sciences* versão 20.0 (SPSS[®]), com análise descritiva dos dados de levantamento de frequência simples e relativa.

RESULTADOS

Ao longo de 2012-2013, realizaram-se encontros em 33 unidades de CRAS, chegando-se ao total de 482 usuários participantes. Do total dos participantes do projeto de extensão, 444 eram do sexo feminino e apenas 38 do sexo masculino. Destes, 362 usuários responderam ao questionário, e suas características são apresentadas na tabela abaixo.

Tabela 1. Perfil dos participantes que responderam ao questionário de avaliação do trabalho.

CARACTERÍSTICAS	N	%
Sexo		
Feminino	331	91
Masculino	31	09
Total	362	100

Idade		
Menos de 18 anos	15	04
De 18 a 30 a.	77	21
De 31 a 40 a.	128	35
De 41 a 50.	79	22
De 51-59 a.	32	09
60 ou mais	31	09
Total	362	100
Ocupação/Profissão		
Do lar	240	66
Empregada doméstica	37	10
Desempregado	16	04
Estudante	25	07
Autônomo	44	13
Total	362	100

Do total de participantes que responderam ao questionário de avaliação do encontro, a maioria era do sexo feminino (92%), na faixa etária entre 31 e 40 anos (35%) e do lar (66%).

Sobre a análise dos pontos positivos e negativos, e as sugestões dos usuários para os futuros encontros, a Tabela 2 sintetiza os principais resultados.

Tabela 2. Respostas dos participantes dos encontros nos CRAS sobre a avaliação do trabalho realizado*

AVALIAÇÃO	N	%
Pontos positivos		
Esclarecimentos sobre VDCA	210	46
Outras formas de educação sem violência	145	31
Orientação sobre como agir (denunciar)	106	23
Total	461	100
Pontos Negativos		
Nenhum	294	63
Tempo insuficiente	76	16
Horário inadequado para o encontro	40	09
Falta/defeitos de recursos audiovisuais	34	07
Pouca participação dos usuários	20	05
Total	464	100
Sugestões		
Estender palestras para a comunidade/Escola	165	49
Mudança de horário das reuniões	148	44
Levar depoimentos em vídeo	23	07
Total	336	100

* Vários participantes apresentaram mais de uma resposta às categorias “Pontos positivos” e “Pontos negativos”, e muitos não responderam a categoria “Sugestões”.

A Tabela 2 mostra que, em relação aos pontos positivos, a maioria da população atendida elencou como principais contribuições do trabalho realizado os esclarecimentos

específicos sobre a VDCA, incluindo as modalidades de vitimização, caracterização e danos associados (46%). Mas, também, destacaram-se a indicação de outras estratégias de educação familiar sem o emprego de violência e punição corporal (31%) e a orientação de como agir frente a suspeita ou confirmação de VDCA (23%).

Quanto aos pontos negativos dos encontros de sensibilização e prevenção da VDCA nos CRAS de Volta Redonda, os participantes em sua maioria não identificaram deficiências no trabalho realizado (63%) e aqueles que o fizeram apontaram a insuficiência do tempo despendido para tal tarefa (16%), sugerindo a necessidade de um tempo maior para a discussão da temática, horário inadequado para a realização do encontro (09%), falta ou defeitos nos recursos audiovisuais utilizados durante as palestras (07%) e a pouca participação dos usuários presentes nas reuniões (05%), colocando-se como ouvintes passivos.

Sobre as sugestões dos participantes para futuros trabalhos de prevenção da VDCA, embora muitos não tenham respondido a essa questão, um número significativo de pessoas indicou a necessidade não só de estender o trabalho realizado para outros segmentos da sociedade, principalmente para as escolas (49%), mas também de alterar o horário das palestras (44%), muitas vezes marcadas para o período da manhã, quando a maioria das pessoas estava preparando o almoço ou se encarregando das tarefas domésticas. Além disso, houve a indicação de incluir depoimentos de sobreviventes de VDCA em vídeo (7%) para ilustrar o assunto abordado.

DISCUSSÃO

Embora com a implantação de leis e programas de proteção à infância ([BRASIL, 1990](#); [MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 1997](#); [MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2001](#); [MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001](#); [MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002](#); [BRASIL, 2006](#); [MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014](#)), a VDCA ainda é um grave problema socio-sanitário devido tanto a sua incidência e prevalência ([FINKELHOR; TURNER; ORMROD; HAMBY, 2009](#); [FALEIROS, MATIAS; BAZON, 2009](#); [CAVALCANTI; MARTINS, 2009](#); [STOLTENBORGH; IJZENDOORN; EUSER; BAKERMANS-KRANENBURG, 2011](#); [TARDIVO; PINTO JUNIOR, 2010](#)) quanto a suas consequências adversas no desenvolvimento das vítimas ([ANNEBÄCK et al., 2012](#); [GAL; LEVAV; GROSS, 2011](#); [GREENFIELD; LEE; FRIEDMAN; SPRINGER, 2011](#); [ARNOW et al., 2011](#); [HUANG; MOSSIGE, 2012](#); [TARDIVO; PINTO JUNIOR, 2010](#)). Esses dados exigem o desenvolvimento de programas e estratégias de prevenção que busquem reduzir a incidência da VDCA e que promovam a transformação das representações sociais acerca da infância e da pedagogia familiar ([GOMES; SILVA; NJAINE, 1999](#); [BRANCO; TOMANIK, 2012](#); [AZEVEDO; GUERRA, 2011](#)).

No presente estudo, realizou-se um trabalho de sensibilização junto aos usuários dos CRAS de Volta Redonda para prevenir as situações de vitimização infantil. Ao analisar os dados, verificou-se que muitos participantes dos encontros assinaram a lista de presença (448), mas não responderam aos questionários (86). Esse fato parece estar relacionado com a baixa escolaridade dos participantes, sendo que alguns deles ou tinham dificuldade de leitura e escrita ou eram analfabetos. Essa realidade foi identificada por uma pesquisa desenvolvida por [Trzinski, Veiverberg, Cetolin e Pinheiro \(2010\)](#) sobre o perfil da clientela atendida pelos CRAS. Os autores discutem que o perfil dos usuários do PAIF e dos CRAS, de forma geral, caracteriza-se pela baixa escolaridade e o analfabetismo (total ou funcional), com inúmeras carências materiais e financeiras, o que

potencializa a incapacidade de proteger as crianças e adolescentes contra múltiplas formas de violências.

O perfil dos participantes desse projeto de extensão que responderam ao questionário de avaliação também confirma uma tendência identificada por [Trzinski, Veiverberg, Cetolin e Pinheiro \(2010\)](#) em relação às características dos participantes de projetos desenvolvidos pelos CRAS: os participantes são predominantemente mulheres com idade acima de 30 anos; sem renda fixa, com baixa escolaridade e profissão do lar e vivem em situação de vulnerabilidade social. Considerando que na maioria dos casos é com a mãe que a criança passa grande parte do tempo, pois o pai está trabalhando, e que cabe a ela a educação dos filhos, discutir com essa população formas de identificação e denúncia de violência doméstica, além de oferecer formas de educação sem o uso de punição física é uma ferramenta importante para a prevenção desse fenômeno.

Devido ao fato da VDCA cercar-se de mitos, principalmente relacionados às ideias de família e de infância ([PINTO JUNIOR et al., 2012](#)), deve-se investir em ações para se construir representações que favoreçam o desenvolvimento de uma sociedade mais justa para com as crianças e adolescentes ([BRANCO; TOMANIK, 2012](#)). Assim, tanto o trabalho de desmitificação da VDCA, discutindo sua caracterização e formas de enfrentamento, quanto o trabalho de orientação de pessoas e famílias sobre os cuidados e educação dos filhos podem funcionar como estratégias de coibir e combater a vitimização infantil.

Quando os usuários dos CRAS atendidos por esse projeto de extensão avaliaram positivamente as palestras realizadas, destacando a compreensão sobre o fenômeno, a orientação de como proceder com os casos, e a identificação de outras formas de pedagogia familiar e da criança sem o emprego da violência ou força física, esses dados mostram que as estratégias utilizadas podem desmitificar conceitos e ideias errôneas acerca da VDCA e da pedagogia familiar, favorecendo uma compreensão correta da população sobre esse fenômeno para poder preveni-lo de maneira eficaz, impedir sua reprodução, ou mesmo nortear formas de notificação ou denúncia corretas dos casos. Esse achado confirma, assim, o que a literatura acerca da prevenção desse fenômeno tem mostrado, principalmente acerca da eficácia de intervenções junto às comunidades para transmitir conhecimentos sobre o tema e desenvolver competências psicossociais ([O'NEILL; GABEL; HUCKINS; HARDER, 2010](#); [ROMERO; PICK, CORIA; GIVAUDAN, 2010](#)).

Considerando que a maioria dos participantes não encontrou pontos negativos, e aqueles que os identificaram apontaram a necessidade de mais tempo para essa discussão e aprofundamento do tema em encontros posteriores, o que revela a aceitação e a adesão ao trabalho desenvolvido pela equipe, esses resultados reforçam a ideia de que a prevenção da VDCA deve incluir prioritariamente as pessoas expostas a situações de risco e vulnerabilidade, pois é nesse contexto que a violência encontra seu lócus privilegiado ([TRZINSKI; VEIVERBERG; CETOLIN; PINHEIRO, 2010](#)).

Nesse sentido, conforme assinalam [Branco e Tomanik \(2012\)](#), os trabalhos preventivos devem ser abrangentes e envolver diferentes contextos. Segundo os autores, dentre os contextos privilegiados para esse fim, destaca-se a instituição escolar, onde se pode desenvolver ações de orientação aos pais e às próprias crianças para combater, identificar e notificar casos de vitimização infantil. Em nosso trabalho, os participantes dos encontros nos CRAS de Volta Redonda também apontaram a necessidade de estender esses encontros para outras comunidades ou instituições públicas, como as escolas

municipais, o que mostra que esse grupo tem consciência de que a VDCA é um problema social complexo e que exige a participação de toda a sociedade para a sua erradicação ([BERLIN; APPLEYAR; KENNETH, 2011](#); [EVANS; FALCONER; KHAN; FERRIS, 2012](#)).

Da mesma forma, ao se pensar em um trabalho preventivo direcionado às comunidades em situação de risco, deve-se considerar que ele deve ser realizado em horários que favoreçam a participação de grande parte população e que faça uso de recursos que motivem e que estimulem o diálogo e a comunicação, como o uso de recursos audiovisuais, de acordo com o sugerido pelos participantes desse projeto e como destacam as pesquisas na área ([O'NEILL; GABEL; HUCKINS; HARDER, 2010](#); [ROMERO; PICK, CORIA; GIVAUDAN, 2010](#)).

Entretanto, deve-se ressaltar que o combate da VDCA não deve ser uma ação pontual e isolada, mas configurada como um programa contínuo que favoreça a articulação com outras instituições de assistência à infância e adolescência a fim de que se crie uma rede que ofereça suporte principalmente para a população exposta às situações de risco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O enfrentamento da VDCA não é uma tarefa fácil, pois, como já se comentou, ele esbarra em questões polêmicas acerca da noção de família e de infância construídas historicamente. Concepções e representações equivocadas quase sempre impedem a identificação, notificação e prevenção do fenômeno.

Por isso, ações que visem discutir essas questões com a população mais vulnerável e exposta a situações de risco podem representar uma contribuição efetiva para o fortalecimento das políticas de assistência à infância e adolescência e para a construção de uma cultura pautada na pedagogia familiar não violenta. Os resultados apresentados nesse artigo apontam para os benefícios de projetos de sensibilização para os usuários dos CRAS, pois favorecem mudanças de concepções, representações e até mesmo atitudes acerca da VDCA, promovendo a sua prevenção a partir do engajamento no combate a este tipo de problema social que aflige a vida de crianças e adolescentes brasileiros e contribuindo, assim, para a construção de uma sociedade mais digna para os nossos jovens.

Mas é importante destacar que a prevenção na área da VDCA deve sempre envolver um trabalho interdisciplinar e intersetorial, a fim de estimular a parceria entre os vários segmentos e instituições sociais, como Saúde, Educação, Justiça etc. Só assim podem incrementar-se intervenções protetivas eficazes para que crianças e adolescentes estejam a salvo de qualquer forma de violência, negligência e opressão.

Dentre as limitações deste estudo, destaca-se a ausência de um grupo controle para verificar se, de fato, o aumento do conhecimento sobre VDCA deveu-se à intervenção realizada. Dessa forma, novos encontros com a população atendida pelos CRAS de Volta Redonda deverão ser realizadas para a continuidade do trabalho de prevenção e para verificar também se as transformações da percepção sobre a VDCA se mantêm.

SUBMETIDO EM 7 nov. 2014
ACEITO EM 7 maio 2015

Referências

[ANNERBACK, E. M. et al.](#) Child physical abuse and concurrence of other types of child abuse in Sweden-Associations with health and risk behaviors. **Child Abuse & Neglect**, Aurora, v. 36, n. 7-8, p. 585-595, 2012.

[ARNOW, B. A. et al.](#) Does gender moderate the relationship between childhood maltreatment and adult depression? **Child Maltreatment**, v. 16, n. 3, p. 175-183, 2011.

[AZEVEDO M. A.; GUERRA V. M. A.](#) **Violência doméstica na infância e na adolescência: uma nova cultura de prevenção.** São Paulo: Plêiade/FAPESP, 2011.

[BERLIN, L. J.; APPLEYARD, K.; DODGE, K. A.](#) Intergenerational continuity in child maltreatment: mediating mechanisms and implications for prevention. **Child Development**, Chicago, v. 82, n. 1, p. 162-176, 2011.

[BRANCO, M. A. O.; TOMANIK, E. A.](#) Violência doméstica contra crianças e adolescentes: prevenção e enfrentamento. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 402-411, 2012.

[BRASIL.](#) Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília, DF: Ministério da Justiça, 1990.

BRASIL. [Ministério da Justiça.](#) **Plano nacional de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil.** Brasília, DF, 2001.

BRASIL. [Ministério da Justiça.](#) **Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – SIPIA.** Brasília, DF, 1997.

BRASIL. [Ministério da Saúde.](#) **Notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes: um passo a mais na cidadania em saúde.** Brasília, DF, 2002.

[BRASIL.](#) **Resolução n. 113, de 19 de abril de 2006.** Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília, DF, 2006.

[CAVALCANTI, A. L.; MARTINS, V. M.](#) Perfil epidemiológico da criança e adolescente vítimas de violência física: estudo no departamento de Medicina Legal de Campina Grande/PB. **Arquivos Catarinenses de Medicina**, v. 38, n. 4, p. 341-352, 2009.

[EVANS, W. D. et al.](#) Efficacy of child abuse and neglect prevention messages in the Florida winds of change campaign. **Journal of Health Communication**, v. 17, n. 4, p. 413-431, 2012.

[FALEIROS, J. M.; MATIAS, A. S. A.; BAZON, M. R.](#) Violência contra crianças na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil: a prevalência dos maus-tratos calculada com base

em informações do setor educacional. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 25, n. 2, p. 337-348, 2009.

[FINKELHOR, D. et al.](#) Violence, abuse, and crime exposure in a national sample of children and youth. **Pediatrics**, v. 124, n. 5, p. 1411-1423, 2009.

[GAL, G.; LEVAV, I.; GROSS, R.](#) Psychopathology among adults abused during childhood or adolescence: results from the Israel-based World Mental Health Survey. **The Journal of Nervous e Mental Disease**, v. 199, n. 4, p. 222-229, 2011.

[GOMES, R.; SILVA, C. M. F. P.; NJAINE, K.](#) Prevenção à violência contra a criança e o adolescente sob a ótica da saúde: um estudo bibliográfico. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 4, n. 1, p. 171-181, 1999.

[GREENFIELD, E. A. et al.](#) Childhood abuse as a risk factor for sleep problems in adulthood: evidence from a U.S. national study. **Annals of Behavioral Medicine**, v. 42, n. 2, p. 245-256, 2011.

[HUANG, L.; MOSSIGE, S.](#) Academic achievement in norwegian secondary schools: the impact of violence during childhood. **Social Psychology of Education**, v. 15, n. 2, p. 147-160, 2012.

[MINISTÉRIO DA JUSTIÇA.](#) **Lei n. 13010 de 26 de junho de 2014.** Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante. Brasília, DF, 2014.

[MINISTÉRIO DA SAÚDE.](#) **Portaria n. 737 de 16 de maio de 2001.** Institui a política nacional de redução da morbi-mortalidade por acidentes e violências. Brasília, DF, 2001.

[MORAES, C. A.](#) Violência doméstica contra a criança e rede de proteção social: uma análise sobre articulação em rede. **Serviço Social em Revista**, v. 14, n. 2, p. 119-144, 2012.

[O'NEILL, E. O. et al.](#) Prevention of child abuse and neglect through church and social service collaboration. **Social Work and Christianity**, v. 37, n. 4, p. 381-406, 2010.

[PINTO JUNIOR, A. A. et al.](#) Capacitação de profissionais de saúde na área da violência doméstica contra crianças e adolescentes no município de Dourados/MS. **Revista Ciência em Extensão**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 77-88, 2012.

[ROMERO, A. et al.](#) Evaluación del impacto de un programa de prevención de violencia en adolescente. **Interamerican Journal of Psychology**, v. 44, n. 2, p. 203-212, 2010.

[STOLTENBORGH, M. et al.](#) A global perspective on child sexual abuse: meta-analysis of prevalence around the world. **Child Maltreatment**, v. 16, n. 2, p. 79-101, 2011.

[TARDIVO, L. S. P. C.; PINTO JUNIOR, A. A.](#) **IFVD**: inventário de frases no diagnóstico de violência doméstica contra crianças e adolescentes. São Paulo: Vetor, 2010.

[TRZINSKI, C. et al.](#) CRAS de Saltinho: rumo ao fortalecimento da rede de serviços socioassistenciais. **Textos & Contextos**, v. 9, n. 2, p. 298-308, 2010.